

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

O PAPEL DA MONOGAMIA COMO FORMA DE REPRODUÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA NO CAPITALISMO: ELEMENTOS PARA DEBATER A EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DE GÊNERO

Júlia Raquel Macedo Batista¹, Vitória Ribeiro Rodrigues Mesquita², Bárbara Cristhinny
Gomes Zeferino³

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo ampliar a discussão crítica acerca da monogamia, trazendo elementos históricos que comprovam que a exploração e a opressão de gênero na sociedade de classes têm raízes na estrutura que constrói a propriedade privada: o patriarcado e na sua forma de se relacionar monogamicamente. A escrita é fruto da parceria intercampi de discentes da Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús, *campus* da Universidade Estadual do Ceará (UECE), de Crateús e do corpo docente da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), *campus* Acaraú, que realizaram leituras coletivas da obra de Geni Núñez, uma pensadora e ativista indígena, de maneira remota entre os meses de março a julho, no “Grupo de estudos sobre saberes minoritários, política e educação”. A metodologia adotada baseou-se na revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, sustentada pelos estudos afro-indígenas, marxistas, feministas e perspectivas não monogâmicas. Os resultados revelaram a necessidade de expandir o conceito de monogamia para além da exclusividade sexual, trazendo a intersecção gênero, raça e classe para o debate crítico da reprodução da propriedade privada. Por fim, é indicado o modo de viver as relações de acordo com a cosmologia indígena e a não monogamia política como alternativa ética e libertadora, promovendo autonomia, diversidade de afetos e resistência à normatividade imposta pela colonização.

Palavras-chave: Propriedade privada. Monogamia. Exploração. Opressão de gênero e raça. Crítica não monogâmica.

1 INTRODUÇÃO

*“Muitas vezes acredita-se que o que falta no mundo é amor,
mas penso que este amor se constitui justamente da falta.”*

~ Geni Núñez

¹ Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús - Universidade Estadual do Ceará (FAEC-UECE), e-mail:julia.raquel@aluno.uece.br.

² Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús - Universidade Estadual do Ceará (FAEC-UECE), e-mail:vitoria.mesquita@aluno.uece.br.

³ Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), e-mail: barbara_cristhinny@uvanet.br.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

A tessitura que provoca esta escrita é muito anterior às reflexões partilhadas entre as mulheres que aqui compartilham saberes, experiências e materializam angústias não isoladas de se perceberem numa dinâmica de relações injustas. Ela é fruto do esforço ancestral e originário que preserva em seu imaginário coletivo a ideia de que não somos donos da terra, quem dirá das nossas relações, muito reflorestadas pelas leituras coletivas da obra de Geni Núñez, no *Grupo de estudos sobre saberes minoritários, política e educação*, uma iniciativa intercampi de docentes, discentes e doutorandas da UEVA e da UECE.

Fundamenta-se na compreensão política de educadoras que enxergam a monogamia como elemento reprodutor da propriedade privada em sua aliança histórica com as opressões sexistas, racistas, heteronormativas e binárias, que dentro de uma lógica de consumo e exploração moldam os nossos afetos e atravessam as diferentes relações.

Um debate que segue invisibilizado pela estrutura acadêmica majoritariamente composta por homens que se servem dos privilégios da monogamia e que chega com muita dificuldade (e ainda de maneira superficial), cheio de moralismos cristãos, no chão da escola. A cultura conservadora e colonialista presente na educação, educa desde cedo meninas e meninos a internalizarem os papéis de gênero, contrapondo-se a crítica cultural trazida pelo pensamento feminista, indígena, afro-centrado e marxista que estudam sobre a intersecção das violências presentes nas relações com o mundo.

Transformar em tabu experiências que são inerentes à existência humana é uma maneira de controlar e determinar como devem ser construídas as relações afetivas-sexuais, mas também as relações de trabalho. E a monogamia por excelência, cumpriu a tarefa colonial de fazer uma divisão racial e sexual do trabalho, que conforme Lélia (2020) constitui num processo de tríplice (classe, raça e gênero) discriminação e violência sofrida pela mulher negra, bem como seu lugar na força de trabalho.

Dessa forma, os espaços de ensino ao se negarem a ver a problemática dos papéis de gênero, a violência transfóbica da dicotomia “macho-fêmea” e a imposição massiva do amor romântico heterossexual cristão, contribuirá com a exclusão da pluralidade de sujeitas e sujeitos existentes, com o aumento dos casos de feminicídio e violência contra



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

a mulher, reafirmando a função social da escola burguesa, que tem em sua base de fundação a cultura misógina, racista, lgbtifóbica e elitista.

O que fazemos neste trabalho é questionar profundamente como essas relações foram construídas com o intuito de possibilitar um aparato objetivo e subjetivo de exploração, domínio colonial e opressão, para que tenhamos força para reconhecer a violência e coletivamente desconstruí-la. Operando como uma escrita subversiva que dá voz às subjetividades que já fazem esse movimento e principalmente para aquelas que ficam suprimidas com uma objetividade que adentra o corpo e silencia os desejos femininos de ir além do que já está posto, do buscar por uma construção que não se sustente na ideia da exclusividade do tempo, da desistência de sonhos, da violência física/psicológica ou do ciúme possessivo que resulta na morte, mas que é socialmente lido como um “ato de amor”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A força motriz desse trabalho é muito influenciada pela obra da pensadora e militante guarani Geni Núñez e Ailton Krenak, também do acúmulo do feminismo negro anticolonial e marxista de pensadoras como Lélia González e bell hooks; por obras que tratam sobre a gênese e a função social da propriedade privada e da família monogâmica, a saber, Engels, Marx e Leacock.

2.1 Gênese, natureza e função social da propriedade privada e da monogamia

Para discutirmos sobre o papel da monogamia como fonte de opressão de gênero e exploração, precisamos entender sua gênese, natureza e a função social que ela cumpre nesse processo. E isso nos exige que voltemos a um período anterior a sua origem, para isso iremos iniciar a discussão sobre as sociedades primitivas. O comunismo primitivo foi a primeira forma de organização social humana, não se pode datar exatamente a existência das sociedades primitivas, mas as pesquisas arqueológicas e antropológicas apontam para uma existência milenar de grupos humanos em que “[...] a vida nômade é a primeira forma de sobrevivência, na qual a tribo não se estabelece em lugar fixo, aproveitando, antes, o que encontra no local e logo indo adiante”. (Marx, 1977, p.66).



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Ao contrário da literatura dominante na antropologia, o comunismo primitivo era um sistema heterogêneo com características e formas de se relacionar diversas, nas quais algumas comunidades viviam em abundância e outras na escassez, no entanto, essa era resultado das barreiras naturais impostas e não da divisão social do trabalho.

O que assinala a existência em comum dessas comunidades originárias, em sua totalidade, é constituírem-se em um sistema baseado na coletividade, na igualdade das relações de produção e nas demais relações provenientes dessa organização, como entre mulheres e homens, entre adultos e crianças, o tipo de educação, de organização social, etc. Podemos identificá-las muito mais pela ausência da propriedade privada,

Trata-se de uma memória, uma herança cultural do tempo em que nossos ancestrais estavam tão harmonizados com o ritmo da natureza que só precisavam trabalhar algumas horas do dia para proverem tudo que era preciso para viver. Em todo o resto do tempo você podia cantar, dançar, sonhar: o cotidiano era uma extensão do sonho. E as relações, os contratos tecidos no mundo dos sonhos, continuavam tendo sentido depois de acordar. (Krenak, 2020, p.46-47)

O que conseqüentemente já inviabilizava a existência de formas de exploração, domínio, opressão e poder coercitivo. Foi a partir do surgimento da propriedade privada, que consiste na exploração de uma classe por outra, que as sociedades que viviam em harmonia com a terra, com diversas formas de organização, foram radicalmente modificadas em suas estruturas. Com as mudanças econômicas há, conseqüentemente, alterações nas estruturas sociais e políticas que correspondem ao estágio da civilização. “A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade”. (Engels, 1979, p.198-199).

A monogamia vai, então, surgir com a ideia de “civilização”, e será resultado do surgimento da propriedade privada, constituindo-se numa unidade econômica. Segundo Marx e Engels, será a primeira forma de propriedade. É importante ressaltar que a instauração da propriedade privada e conseqüentemente da monogamia vai se dar inicialmente nas sociedades primitivas dos povos eurásianos e esses vão posteriormente, séculos depois impor essa forma de relação sobre os demais povos por meio do processo de colonização.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Com a produção e acúmulo da riqueza a partir de relações assinaladas pela exploração, o excedente produzido converte-se em propriedade privada das famílias, “[...], e aumentadas depois rapidamente, assestaram um rude golpe na sociedade alicerçada no matrimônio sindiásmico e na gens baseada no matriarcado.” (Engels, 1979, p.58). Conforme o autor (1979, p.58) esse processo levou à introdução de um novo elemento na família sindiásmica⁴, “[...]. Junto à verdadeira mãe tinha posto o verdadeiro pai [...]”. Esse elemento vai definir uma nova divisão do trabalho na família, dando ao homem o direito à propriedade sobre os instrumentos de trabalho, já que era responsabilidade dele buscar a alimentação e os instrumentos necessários para isso, bem como os utensílios domésticos tornaram-se propriedade da mulher.

A divisão do trabalho a partir do surgimento da propriedade privada demarca uma nova divisão das tarefas dos indivíduos, homens e mulheres, e domínio destes sobre aquelas, bem como o surgimento de famílias individuais e a oposição entre elas. Segundo Marx e Engels (2009, p.46),

[...] na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativa, do trabalho e dos seus produtos e, portanto, a propriedade, a qual tem seu embrião, a sua primeira forma, na família, na qual a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor da força de trabalho alheia.

Esse processo leva ao surgimento de uma organização familiar nuclear que provocou a destruição do direito materno, ou seja, da descendência por linha feminina para garantir a herança das riquezas pertencentes ao pai e aos próprios filhos. Conforme Engels (1979, p.61, grifos do autor),

[...] *Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a *família* “*id est patrimonium* (isto é, herança) era transmitida por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um

⁴ Uma das formas de família do comunismo primitivo dos povos eurásianos. Em ordem cronológica seria o último estágio antes da instauração da monogamia. Para mais entendimento sobre o tema, sugerimos os textos: “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Friedrich. A. Engels. E . “A sociedade antiga: ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie até a civilização”, de Lewis H. Morgan.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

novο organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e de morte sobre todos eles.

A família, de acordo com o conceito acima, torna-se a primeira unidade básica, nuclear, econômica, instaurada pela propriedade privada e pelo direito paterno de dispor dela como e quando bem conviesse, além de ser a primeira unidade educativa.

Esta forma de família assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer seu direito. (Engels, 1979, p. 62).

A citação acima nos coloca em reflexão sobre os atuais dados de feminicídio, que revelam a perpetuação da violência impetrada pelo surgimento da propriedade privada e a expressão da violência de classe na imposição monogâmica. Segundo a Agência Brasil, a cada 17 horas, uma mulher foi vítima de feminicídio em 2024, no Brasil.

Para Leacock (2012), a instituição da monogamia foi uma das expressões sociais da propriedade privada, pois, por meio daquela, esta poderia ser herdada individualmente pelo homem que representava o chefe de família responsável pelo patrimônio. “A propriedade privada para alguns significou a negação da propriedade privada para outros, ou o surgimento de relações desiguais na produção para grupos sociais diferentes.” (Leacock, 2012, p. 265).

A monogamia surge como a expressão subjetiva da propriedade privada nas relações entre os indivíduos, instituindo nas sociedades de classes, um modelo predominante de família que atravessa, estabelecendo de formas distintas, mas com uma mesma característica, a submissão da mulher e dos/das filhos/filhas ao poder do homem, esposo, pai e proprietário de todos. No modo de produção capitalista, a família monogâmica vai se impor aos povos não monogâmicos, que viviam em sociedades igualitárias, por meio da colonização, pois essa tem na cultura monogâmica das relações um instrumento decisivo para o projeto de dominação econômica, política e cultural.

2.2 A monogamia no modo de produção capitalista e o projeto colonizador



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

A monogamia no modo de produção capitalista se instaura atravessada pela racialização que surge nesse sistema como uma opressão que se constitui como elemento de exploração e dominação de povos por meio do projeto colonizador.

A colonização é o projeto que demarca uma das vias de entificação do sistema capitalista, o via colonial, que se configura na invasão e domínio dos territórios e povos originários, bem como na destruição de sua cultura e imposição dos valores, hábitos e costumes do colonizador. Ela instaura a racialização dos povos que foram colonizados, originando a opressão de gênero junto à opressão de raça. Segundo Geni Núñez (2023), quando os missionários chegaram ao Brasil, ficaram obcecados para destruir as não monogâmias indígenas, tendo em vista que a adesão a monogamia significava o sucesso do projeto colonizador. Pois, “[...], a imposição da monogamia fazia parte de todo um projeto civilizatório que buscava incutir a moral cristã como a única possível.” (Núñez, 2023, p.27)

A monogamia se apresenta como um mecanismo de controle social no âmbito das relações, junto com a monocultura da terra, ambas caracterizam o projeto de colonização, ao impor a exploração da terra e a da força de trabalho, bem como um modelo de família eurocêntrico que desconsiderava as famílias comunitárias existentes entre os povos africanos e indígenas. Leacock (2019) destaca um ponto que era considerado essencial do programa colonizador dos jesuítas sobre os povos originários do Canadá, que se definia pela “imposição da estrutura familiar europeia, com autoridade masculina, fidelidade feminina e eliminação do direito ao divórcio.” (p.85)

Na realidade brasileira, a monogamia como parte da colonização escravocrata, apresenta-se não só racializada, mas segundo González (2020), também compõe a estrutura da exploração do trabalho reprodutivo. Pois de um lado, a monogamia é imposta como forma de controle dos corpos das mulheres brancas, para garantir os herdeiros que perpetuam a propriedade privada por meio da monocultura latifundiária. Enquanto as mulheres negras têm suas famílias fragmentadas, destituídas pela obrigação de trabalharem nos lares de famílias brancas e pela hipersexualização que lhes foi imposta no período escravocrata, no qual a monogamia apresenta-se como uma condição de privilégio para as mulheres brancas, reconhecidas como as que estavam aptas para o



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

casamento e a estrutura da família monogâmica. De acordo com Sueli Carneiro, “A mulher negra será retratada como exótica, sensual, provocativa. Enfim, como fogo nato; tais características chegam a aproximá-la de uma forma animalesca, destinada exclusivamente ao prazer sexual” (2023, p.153).

Conforme Geni Núñez (2023), a imposição da monogamia pelos colonizadores foi uma peça central do projeto civilizatório cristão, que visava não apenas converter as almas, mas reestruturar completamente as relações sociais, sexuais e familiares indígenas de acordo com os dogmas e a moral cristã, justificando violências e apagando outras formas de ser, amar e viver. Dessa forma, o processo de colonização legitimou violências, como o sequestro de crianças, casamentos forçados, estupros e outras opressões, em nome da “salvação” e do “progresso”.

As diversas formas de organização coletiva, afetiva e sexual entre os povos originários foi sistematicamente demonizada, criminalizada e silenciada. Esse apagamento não apenas contribuiu para a destruição de saberes ancestrais, mas também para a consolidação de um regime colonial que se estende até os dias atuais, moldando as leis, as estruturas familiares, as percepções de moralidade e perpetuando normas que seguem marginalizando corpos e afetos dissidentes.

3 METODOLOGIA

A escrita é fruto da parceria intercampi de discentes da Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús, *campus* da Universidade Estadual do Ceará (UECE), de Crateús e do corpo docente da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), *campus* Acaraú. Em que participamos da construção do “*Grupo de estudos sobre saberes minoritários, política e educação*” e entre os meses de março a julho, realizamos encontros de maneira virtual para fortalecer os diálogos dissidentes que fazemos no território de academias contaminadas pela herança colonial, patriarcal, cis-heteronormativa, capitalista, racista e monogâmica.

Sem dúvidas, é o contato com a obra “*Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*”, de Geni Núñez, que dá cara a essa pesquisa, que nos fez compreender a importância de sistematizar as reflexões coletivas que tivemos nos



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

encontros remotos. Por isso, a metodologia escolhida é baseada na revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, sustentada pelos estudos afro-indígenas, marxistas, feministas e perspectivas não monogâmicas. Em leituras e escritas atravessadas pela interseccionalidade como instrumento analítico da realidade social marcada pela exploração de classe e pelas opressões de raça e gênero.

Leituras insurgentes, tecidas por vozes que acreditam que a pesquisa não se faz sem o envolvimento com a realidade concreta em que são modificados pelo trabalho as sujeitas e sujeitos sociais. Obras que mostram como a subjetividade é, antes de tudo, construída na objetividade, que nos dão a base concreta para acreditar na possibilidade de uma sociedade emancipada, plenamente livre e feliz.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ideal monogâmico tradicional, baseado no casamento nuclear, no amor idealizado e na exclusividade, é socialmente imposto e constantemente reforçado pelos meios de comunicação que moldam o imaginário social sobre como o amor deve ser vivido. Esses meios de comunicação, mascarados pela premissa do amor romântico, fazem as mulheres acreditarem que há vantagem em viver sob um sistema de controle, posse e domínio do próprio corpo.

Além dos meios de comunicação, a família também é uma instituição que irá reforçar essa lógica. Segundo Lerner (2019, p. 296), “A família não apenas espelha a ordem do Estado e educa os filhos para que a sigam, mas também cria e sempre reforça essa ordem.”. Nessa perspectiva, “a monogamia faz parte da conjuntura da família defendida pelo Estado, caracterizada também pela heterocisnorma que orienta a misoginia e as demais violências sofridas por pessoas sexo-gênero dissidentes” (Núñez, 2023, p. 37).

A monogamia é uma estrutura profundamente enraizada em ideologias históricas e religiosas, que moldou a sociedade para limitar a autonomia individual, especialmente de mulheres e pessoas sexo-gênero dissidentes, e perpetuar dinâmicas de poder e exploração dentro das estruturas familiares, em vez de ser uma simples proposição sobre o próprio corpo.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Em conjunto com a heteronorma e o machismo, a monogamia naturaliza o trabalho doméstico não pago realizado por mulheres (Federici, 2019), que beneficia os homens com quem elas têm vínculos românticos. “Nessa desigualdade misógina, muitas mulheres adiam ou cancelam seus próprios sonhos, planos de estudo e outros projetos, enquanto seus companheiros acabam observando uma aceleração/facilitação igualmente proporcional ao “atraso” de suas companheiras.” (Núñez, 2023, p. 70)

Geni Núñez ainda ressalta que a violência doméstica tem componente central ligado à heterossexualidade monogâmica. Segundo a autora, embora a violência contra as mulheres seja frequentemente percebida apenas como uma expressão do machismo, a monogamia desempenha um papel fundamental como base ideológica para a perpetuação de feminicídios, especialmente ao promover a ideia da indissolubilidade do vínculo e a exclusividade nas relações. Como afirma a autora:

Se fosse apenas machismo, veríamos como autores de feminicídios quaisquer homens, aleatoriamente, mas o que pesquisas como a do Anuário de Segurança Pública (ABSP) de 2020 mostram é que cerca de 90% das vítimas de feminicídio foram assassinadas por companheiros ou ex-companheiros. Ou seja, não são homens aleatórios que estão cometendo esses assassinios: são precisamente aqueles com quem as vítimas tiveram um vínculo romântico, monogâmico e heteronormativo. (Núñez, 2023, p.23)

Os feminicídios são, em sua maioria, cometidos por parceiros heterossexuais em relações monogâmicas, marcadas pela ideia de posse e pela chamada “defesa da honra”. Até 2021, a tese da “legítima defesa da honra” era utilizada como argumento jurídico para tentar justificar a violência contra mulheres, especialmente em casos de homicídio. Essa alegação buscava legitimar atos violentos sob o pretexto de que a “honra” do agressor havia sido ferida — geralmente por motivos como traição, separação ou comportamentos considerados “desonrosos” por parte da vítima. Ao admitir esse tipo de justificativa, reforça-se uma cultura machista e misógina que naturaliza a violência de gênero e perpetua a desigualdade entre homens e mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que se rasguem todos os tecidos que sustentam a violência da estrutura patriarcal, pois a monogamia está a serviço da reprodução da propriedade privada. Ambas



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

representam nos âmbitos econômico, social e ideológico as estruturas de exploração, de desigualdade, de poder e opressão objetiva e subjetiva do modo produção capitalista que se sustenta no tripé da exploração de classe, na opressão de gênero e de raça.

Na formação sócio-histórica do Brasil, a propriedade privada e a monogamia se expressaram a partir da particularidade do projeto colonial que instaurou relações de propriedade escravocratas e de monocultura que reverberam na monogamia como um elemento de domínio cultural e consolidação da colonização; contraditoriamente apresentando-se um privilégio de mulheres brancas, que numa sociedade machista e racista são consideradas as únicas dignas de constituição de uma família monogâmica. Enquanto às mulheres negras, é imposta uma lógica de propriedade objetificada e hipersexualizada.

A monogamia naturalizou as relações heteronormativas como a ideal e a única possível, disseminando a cultura do homem como proprietário da mulher, que se torna exclusividade dos seus desejos e domínio. Quando a mesma não se submete a esse domínio, sofre as consequências violentas dessa rebeldia. Os índices de feminicídio que crescem a cada ano, revelam essa violenta realidade.

Geni Núñez (2023) cita que cosmologias indígenas oferecem alternativas significativas à monocultura dos afetos imposta pela colonização. A autora destaca que as cosmologias indígenas resistiram (e resistem) à imposição da monogamia e da moral cristã, oferecendo uma visão de mundo onde a diversidade de afetos, a autonomia sobre o corpo e as relações, a conexão com a natureza e a liberdade são valores intrínsecos e não passíveis de criminalização ou julgamento moral.

A não monogamia política pode ser uma alternativa para romper com as normas monogâmicas. Além de questionar a exclusividade afetiva e sexual como ideal de relacionamento, ela se posiciona contra a falta de liberdade genuína, a exigência de sacrifício da autonomia individual, sua interligação com opressões sociais e suas raízes históricas e religiosas, propondo uma ética baseada na autonomia, na coletividade e na promoção de um não modelo, no qual o amor deve ser vivido de forma política, autêntica e afirmativa, reconhecendo as complexidades e diversidades dos afetos e corpos.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Jandaíra, 2023.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. In: LIMA, Márcia; RIOS, Flávia (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEACOCK, Eleanor Burke. *Mitos da dominação masculina: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural*. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LEACOCK, Eleanor Burke. Posfácio – introdução à edição estadunidense. In: ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

